

ISLAMISMO, MUNDO ÁRABE E ORIENTE MÉDIO

Ao lado do Cristianismo e do Judaísmo, o Islamismo é uma das três grandes religiões monoteístas, ou seja, que acreditam na existência de um único Deus. A palavra Islã significa “submeter-se” e exprime a obediência à lei e à vontade de Alá (Allah, Deus em árabe). O livro sagrado do Islamismo é o Alcorão, que consiste na coletânea das revelações divinas recebidas por Maomé de 610 a 632. Os seguidores da religião são conhecidos como muçulmanos. Atualmente, o Islã é a religião que mais se expande no mundo, está presente em mais de 80 países e compreende mais de um bilhão de fiéis.

Após a morte do profeta Maomé, em 632, criou-se a figura do califa, ou seja, o líder da comunidade muçulmana no mundo e chefe do Estado muçulmano. A divisão do Islã entre sunitas e xiitas remonta ao século VII e tem origem na disputa sobre a sucessão do Profeta. Os sunitas defendiam que o chefe do Estado muçulmano deveria reunir virtudes como honra, respeito pelas leis e capacidade de trabalho. Qualquer fiel poderia ser o líder, desde que fosse aceito pela comunidade muçulmana. Os xiitas defendiam que a chefia do Estado muçulmano só poderia ser ocupada por alguém que fosse descendente da linhagem familiar do profeta Maomé ou que possuísse algum vínculo de parentesco com ele. Nos séculos seguintes, essa divisão passou a incluir também agravos e diferenças teológicas.

Os sunitas são a grande maioria, mais de 80%, dos muçulmanos no mundo. Os xiitas são maioria apenas no Irã, no Iraque e no Azerbaijão; nos dois primeiros, os presidentes são dessa ramificação. Os alauítas são uma variação moderada dos xiitas, presentes sobretudo na Síria, tendo o presidente Bashar al-Assad como um dos seus seguidores.

O grupo guerrilheiro Hezbollah é de orientação xiita. O Hamas e a Al-Qaeda, por sua vez, são sunitas. O Estado Islâmico (EI) também é sunita e luta pelo retorno do califado islâmico. O último califado foi o Império Otomano, abolido pelo nacionalista e secular líder turco Mustafa Kemal Atatürk em 1924.

O califado é uma forma de governo centrada na figura do califa, que seria um sucessor da autoridade política do profeta Maomé, com atribuições de chefe de Estado e líder político do mundo islâmico.

Mundo Árabe e Oriente Médio

A civilização árabe tem origem na península Arábica. No século VII, as tribos da região unificaram-se em torno da língua árabe e do Islamismo. A partir da unificação, os árabes formaram um vasto império que se expandiu até a Índia, o norte da África e a península Ibérica, com apogeu em 750 d.C. O mundo árabe ocupa a área que vai do oceano Atlântico ao golfo Pérsico, abrangendo o norte da África e boa parte do Oriente Médio (veja no mapa a seguir).

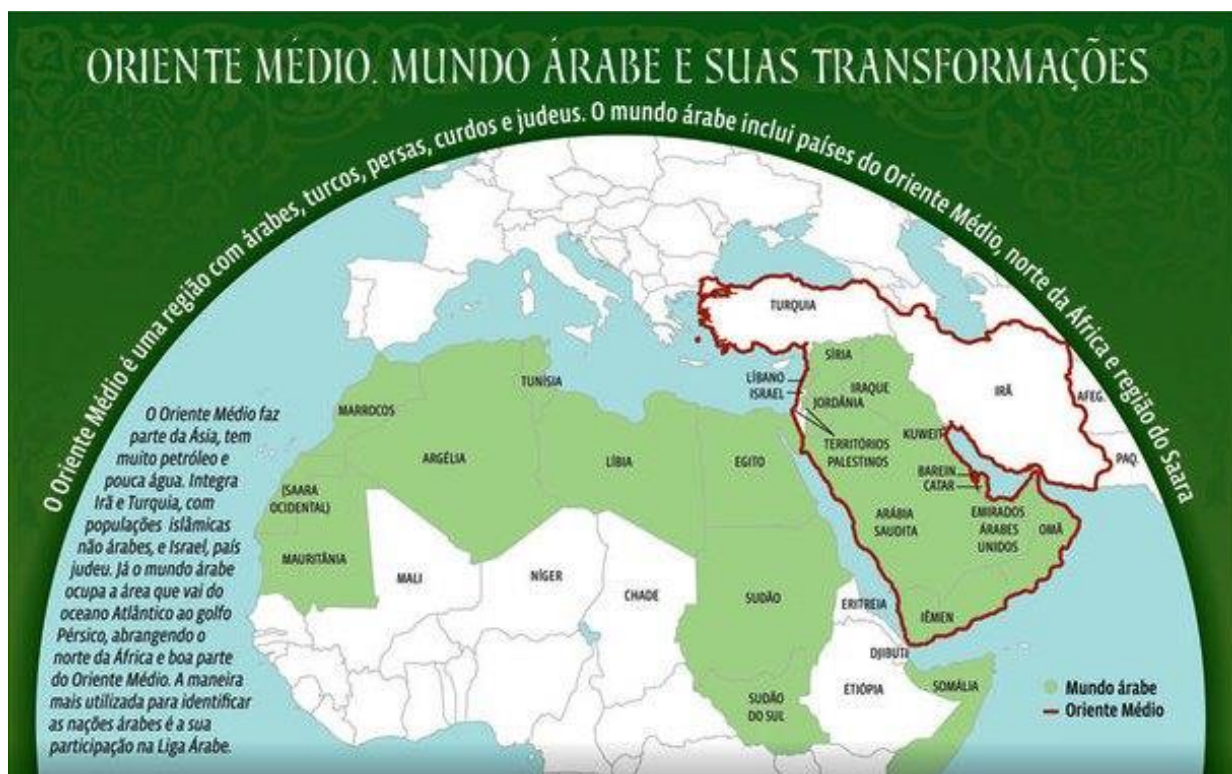
Os contornos dos atuais países existentes no mundo árabe são, até certo ponto, arbitrários e resultam do domínio das potências estrangeiras sobre a região no início do século XX. Com fortes interesses no controle das grandes reservas de petróleo, governos estrangeiros negociaram a independência de suas colônias ou áreas sob seu controle para que fossem governadas por aliados ou colaboradores.

O Oriente Médio não deve ser confundido com o mundo árabe. É uma região que faz parte da Ásia, tem muito petróleo e pouca água. Integra Irã e Turquia, com populações islâmicas não árabes, e Israel, país judeu.

Os curdos habitam vários países do Oriente Médio, região onde também vivem várias minorias, como os assírios e os caldeus.

Mas não é em todo o Oriente Médio que há petróleo. O óleo está bastante concentrado em reservas na região do Golfo Pérsico e na Mesopotâmia.

Irã e Arábia Saudita são rivais, disputam hegemonia e influência no Oriente Médio. Possuem diferenças étnicas e religiosas: os iranianos são persas e muçulmanos xiitas, os árabes são sunitas. Essas diferenças fazem com que apoiem governos e grupos armados de acordo com a orientação religiosa de cada país. Como exemplo, temos a Síria, onde o Irã apoia o governo do xiita Assad e a Arábia Saudita apoia grupos rebeldes sunitas, e também o Iêmen, onde o Irã apoia os houthis (xiitas) e a Arábia Saudita grupos sunitas ligados ao ex-presidente Hadi.



A Primavera Árabe

Em 2011, o mundo árabe se viu diante de uma série de revoltas populares, que ficaram conhecidas como Primavera Árabe, em alusão à Primavera de Praga. O palco dos conflitos foi a África do Norte e o Oriente Médio, região formada por países de maioria árabe e muçulmana. As revoltas ocorreram em países com regimes autoritários e tiveram como resultado a deposição dos ditadores da Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen. Na Síria, a revolta se transformou em uma sangrenta guerra civil.

A Tunísia foi onde se iniciou a Primavera Árabe, com a Revolução de Jasmim, sendo o único país em que a revolta popular alcançou o objetivo da democracia. Nos demais países onde os ditadores foram derrubados

– Egito, Líbia e Iêmen – a Primavera se transformou num tenebroso “Inverno Árabe”, além da Síria, que descambou para a guerra civil.

O fundamentalismo Islâmico

Ainda que o fundamentalismo esteja atualmente muito associado aos islâmicos, grupos fundamentalistas existem em todas as religiões. Os agrupamentos políticos fundamentalistas buscam impor seus dogmas religiosos como base da organização do Estado e da sociedade. É uma posição obscurantista, que recusa a democracia e se opõe à perspectiva secular adotada desde a Revolução Francesa (1789), quando os negócios de Estado se separaram das convicções religiosas.

A enorme maioria dos adeptos da religião islâmica é constituída por pessoas comuns que professam uma crença religiosa. Por isso é um erro grave, que tem origem em preconceito religioso ou social, associar grupos terroristas que dizem agir em nome do Islamismo com os hábitos e crenças das populações muçulmanas em geral.

O fundamentalismo islâmico é contrário ao Estado democrático e laico, e sua perspectiva é a do Estado teocrático, como no Irã, onde o chefe do Estado é o líder religioso supremo, o aiatolá. Defendem a implantação da Sharia – o conjunto de leis e códigos de conduta extraídos do livro sagrado, o **Alcorão**, e da **Suna** (obra que narra a vida e os caminhos de Maomé), como lei, rejeitando o princípio da separação entre religião e Estado.

O fundamentalismo islâmico é a fonte inspiradora de vários grupos armados e terroristas do mundo islâmico, que lutam pela tomada do poder nos países em que atuam. Os mais conhecidos são a Al-Qaeda, o Estado Islâmico e o Boko Haram.

Al Qaeda

O saudita Osama bin Laden fundou a Al-Qaeda em 1988, no Afeganistão, quando lutava ao lado dos guerrilheiros islâmicos contra a ocupação soviética, com equipamentos e recursos vindos das potências ocidentais, principalmente dos Estados Unidos. Mas, após a Guerra do Golfo, em 1990, quando tropas lideradas pelos EUA atacaram o Iraque, a jihad (guerra santa) da Al-Qaeda passa a ter como inimigo o Ocidente, em especial os Estados Unidos, devido à sua crescente presença militar no Oriente Médio.

Na década de 1990, Bin Laden foi responsabilizado por vários ataques terroristas a alvos norte-americanos, até realizar o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, contra os EUA. Então, Bin Laden ganhou fama mundial. Vários grupos anunciaram sua ligação com a Al-Qaeda, o que permitiu ao grupo expandir seu alcance para se tornar uma rede terrorista com ramificações internacionais.

Na última década, porém, a Al-Qaeda Central (AQC), no Afeganistão e no Paquistão, foi duramente atingida pelas ações militares dos EUA. O trabalho de espionagem e os ataques com drones mataram seus líderes e reduziram sua capacidade de ação e comunicação com as “filiais”. A morte de Bin Laden por uma equipe da Marinha dos EUA, em 2011, enfraqueceu o grupo.

Estado Islâmico

A origem do Estado Islâmico está na invasão do Iraque pelos Estados Unidos, em 2003. Naquele ano, foi fundada a “Al Qaeda no Iraque”, para lutar contra a invasão norte-americana no país.

O grupo espalhou o terror contra as forças de ocupação e os xiitas, até ser praticamente aniquilado após a morte de seu comandante, Abu Musab al-Zarqawi, em 2006. Rebatizado Estado Islâmico do Iraque (EII), o grupo renasceu a partir de 2010 sob um novo líder, Abu Bakr al-Baghdadi.

O vácuo de segurança criado pela retirada militar dos EUA, o clima de revolta dos sunitas com o governo pró-xiita do Iraque e o caos da guerra civil síria criaram condições para que o EI prosperasse. Ao expandir as atividades para a Síria, onde infiltrou militantes para abocanhar dinheiro e armas, recrutar guerrilheiros e instalar bases, em 2013, o grupo mudou o nome para Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIL). E, após dominar territórios no norte da Síria e do Iraque, o grupo anunciou a criação de um Califado, em junho de 2014, autodenominando-se Estado Islâmico (EI).

O Califado é uma referência aos antigos impérios islâmicos surgidos após a morte de Maomé, que seguiam rigorosamente a Sharia, a lei islâmica – dos quais o mais notório é o Império Árabe. O califa, considerado sucessor do profeta, é a autoridade política e religiosa máxima. Al-Baghdadi foi proclamado o califa do EI.

O grupo se expandiu conquistando territórios no Iraque e na Síria, e consolidou-se como a mais poderosa organização extremista islâmica em atividade.

Nas áreas que conquistou, o EI assumiu o controle sobre bases militares, bancos, hidrelétricas e campos de petróleo e instaurou um governo próprio, com ministérios, cortes islâmicas e aparato de segurança. A cobrança de taxas e impostos, junto com a venda ilegal de petróleo, os sequestros e as extorsões, garantiam ao grupo recursos para se autofinanciar.

No plano social, o código moral é severo. Um traço marcante do EI é o emprego de táticas tão bárbaras que até a Al-Qaeda o renegou. O grupo promoveu execuções em massa, às vezes contra comunidades inteiras, e mortes coletivas por crucificação, decapitação e enforcamento. Além de ser uma estratégia de guerra, visando submeter populações locais pelo terror, a violência indiscriminada, também direcionada aos “infiéis” (minorias étnicas e religiosas e ocidentais), constituiu-se numa mensagem poderosa para atrair muçulmanos desiludidos de todas as partes do mundo, inclusive do Ocidente, que passaram a lutar em suas fileiras e aniquilar inimigos do islã com a promessa da salvação.

Mais de 30 grupos extremistas islâmicos sunitas de vários países da África e Ásia juraram lealdade ao autoproclamado califa do Estado Islâmico. Esses grupos cometeram uma série de atentados terroristas, principalmente na Líbia, na Tunísia, no Egito, no Iêmen e no Afeganistão.

O Estado Islâmico também se notabilizou pela destruição de esculturas, monumentos, palácios e templos do patrimônio cultural e arqueológico de cidades históricas do Iraque e da Síria, nas áreas conquistadas. O EI justificou a destruição dizendo que as obras cultuavam outras divindades e por isso eram demoníacas, ferindo, portanto, os princípios do Islã.

O EI é bastante ativo na internet. Utiliza intensamente a web para divulgar suas atividades, recrutar novos combatentes e invadir sites de organizações governamentais e privadas.

Os métodos, as práticas e as mensagens dessa organização causaram grande perplexidade no mundo e o EI passou a ser combatido por forças regionais e locais, apoiadas pelos Estados Unidos e outros países. Aos poucos foi perdendo as vastas áreas territoriais que tinha conquistado no Iraque e na Síria. Na atualidade, não controla mais nenhum território, nenhuma cidade, foi praticamente extinto enquanto força militar e política nesses dois países.

Com o revés em combates no terreno, o Estado Islâmico passou a realizar atentados terroristas em vários países europeus e nos Estados Unidos. A grande maioria desses atos terroristas foram realizados pelos chamados “lobos solitários”, nome dado a terroristas que, autonomamente, perpetraram atentados individuais, menos letais, mas mais difíceis de serem detectados pelas forças de segurança. Geralmente são pessoas que, quando se radicalizaram, residiam no país em que cometeram o atentado. Ou eram nascidos no país, portanto, nacionais, ou residiam legalmente no país. Não são terroristas que foram treinados pelos Estado Islâmico em seus campos de treinamento.

Exemplos de atentados com estas características são os seguintes: roubo de caminhões ou van; atropelamento de pessoas em lugares movimentados na cidade onde cometeram o atentado; ou, ainda, ataque e morte de pessoas a facadas.

Muitos combatentes do Estado Islâmico, que combateram na Síria e no Iraque, que eram provenientes de outros países, com a derrota do grupo, retornaram para os seus países, deixando uma preocupação de que possam fomentar o terrorismo, o radicalismo e cometerem atentados terroristas nesses países.

Um exemplo disso seriam os atentados terroristas de 21 de abril de 2019, domingo de Páscoa, no Sri Lanka, um país da Ásia. Bombas explodiram em hotéis de luxo e três igrejas católicas deixando pelo menos 359 mortos e mais de 500 feridos. Para o governo do país os atentados foram realizados por um grupo islâmico local. Porém, devido a sofisticação dos ataques teriam recebido ajuda externa na sua preparação. O Estado Islâmico reivindicou a autoria dos atentados terroristas.

Abu Bakr al-Baghdadi, morreu durante uma operação militar dos Estados Unidos, na província de Idlib, no noroeste da Síria, em 27 de outubro de 2019. Baghdadi fugiu por um túnel no imóvel onde se encontrava, sendo perseguido por cachorros, encurralado explodiu um colete. Parte do túnel desabou. Três crianças que estavam com ele, também morreram.

Boko Haram

Boko Haram significa “educação ocidental é pecado”. Atua na Nigéria e realiza incursões no Chade, Níger e Camarões. Criado em 2002, na Nigéria, desde 2009 pratica atos de violência com o objetivo de impor nesse país uma versão mais radical da Sharia (a lei islâmica), que veta a adoção de vários aspectos da cultura ocidental, como a educação laica. A maioria dos muçulmanos não concorda com essa visão do grupo. O Boko Haram, que era aliado da rede terrorista Al-Qaeda, vinculou-se em 2015 ao Estado Islâmico.

Al-Shabaab

Al-Shabab significa, em árabe, 'A Juventude'. Fundado em 2004, o grupo é filiado à rede Al-Qaeda e atua na Somália. A partir de 2013, o grupo passou a ser mais conhecido em função do atentado que cometeu em um shopping center em Nairóbi, capital do Quênia.

Nas áreas sobre seu controle, impôs uma versão rígida da sharia (lei islâmica), desde o apedrejamento até a morte das mulheres acusadas de adultério, passando pela amputação dos acusados de roubo.

Desde 2007, uma força de paz composta por vários países da União Africana (UA) atua ao lado de forças do governo somali no combate ao Al-Shabaab, o que tem imposto várias derrotas e enfraquecido a milícia.

Taleban

Também chamado de Talibã, Talebã ou Taliban, são muçulmanos sunitas. Estiveram no poder no Afeganistão, onde governaram o país de 1996 a 2001. Após os atentados de setembro de 2001, nos Estados Unidos, foram acusados de dar proteção a Osama Bin Laden, que se escondia no Afeganistão. Os norte-americanos lideraram uma força internacional que combateu a milícia e os retirou do poder. Mas, no ano de 2021, com a retirada das tropas norte-americanas do país, o Taleban voltou ao poder.

A guerra civil na Síria

A guerra civil na Síria completou nove anos em março de 2020. O conflito começou como um levante pacífico contra o regime do presidente Bashar al-Assad, em março de 2011. Nos meses seguintes, as manifestações se sucederam, sendo duramente reprimidas pelo governo.

Em muitas ocasiões, as forças do governo abriram fogo contra a multidão que protestava. Dezenas de manifestantes morreram nos protestos. Diante da dura repressão, civis opositores e soldados desertores se organizaram em diversos grupos armados com o objetivo de se defender das forças do regime.

Em pouco tempo, as brigadas rebeldes passaram a lutar contra as forças de segurança pelo domínio de seus territórios. Em agosto de 2011, surge o Exército Livre da Síria (ELS), dirigido pela oposição moderada, que iniciou os combates contra as forças de Assad. Tinha início, assim, a guerra civil que engolfou o país e gerou grande instabilidade no Oriente Médio, com reflexos em todo o planeta.

Com o tempo, a disputa adquiriu contornos sectários, opondo muçulmanos sunitas (maioria da população síria) a alauítas, ramo do islamismo xiita ao qual pertence Assad. O caráter religioso do confronto arrastou potências regionais para ele, dando-lhe uma nova dimensão. A disputa rapidamente ganhou escala e adquiriu uma complexa feição.

Confira a seguir as principais forças participantes do conflito:

Governo Sírio – De um lado está o regime sírio, liderado pelo ditador Bashar al-Assad, que luta para se manter no poder. Desde 1970, quando seu pai deu um golpe de Estado, a família Assad comanda no país um regime brutal de partido único, o Baath. Apesar de serem alauítas, os Assad mantêm um regime laico, que separa a religião do Estado. As minorias cristãs e alauítas e parte da elite sunita apoiam Assad.

Grupos Rebeldes – Os sunitas foram uma das primeiras forças a se alinhar contra o regime. Eles se dividem em dezenas de grupos, com agendas distintas, mas com um objetivo em comum: depor Assad e ocupar o poder. Entre os chamados “rebeldes moderados”, que recebem esse nome por não serem adeptos do radicalismo islâmico, a maior expressão é o Exército Livre da Síria (ELS).

Extremistas Islâmicos – Além dos “rebeldes moderados”, jihadistas (combatentes islâmicos) fragmentados em várias facções também querem derrubar Assad. Os principais grupos são o Estado Islâmico (EI) e a Fatah Al-Sham (ex-braço sírio da Al Qaeda). Além de combater as tropas do regime de Assad, os extremistas islâmicos também se opõem aos “rebeldes moderados”.

Curdos – Esse povo é uma etnia apátrida (sem Estado e território próprios). Eles vivem em diversos países, inclusive na Síria, e reivindicam a criação de um Estado para o seu povo – o Curdistão. Desde o início do conflito na Síria, uma milícia chamada Unidade de Proteção do Povo (YPG) foi formada para defender as regiões habitadas pelos curdos no norte do país e se fortaleceu tanto que hoje toma conta de um grande território perto da fronteira turca.

Para o regime de Assad, tornaram-se bastante úteis, porque a milícia se opõe tanto aos rebeldes moderados como aos extremistas do Estado Islâmico. Foram apoiados pelos Estados Unidos na sua luta contra o Estado Islâmico, mas não no pleito de criação do seu país.

A intervenção estrangeira

Além das forças internas envolvidas no conflito, a Guerra da Síria se transformou em um intrincado tabuleiro geopolítico, a partir do envolvimento de outras nações. Mas nem sempre é claro perceber qual é o interesse de cada uma das potências envolvidas.

O governo da Síria é apoiado pela **Rússia**, pelo **Irã** e pelo grupo xiita libanês **Hezbollah**. A Rússia é uma aliada histórica da Síria, a quem sempre prestou apoio diplomático e militar. A única instalação militar russa no Mediterrâneo é a base naval de Tartus, no litoral sírio. E os russos não querem correr o risco de perdê-la caso Assad seja alijado do poder.

Além disso, a Rússia quer reconquistar um papel relevante no Oriente Médio e voltar a ser encarada como uma superpotência global, recuperando o protagonismo perdido após a dissolução da União Soviética. Vencer a guerra ao lado de Assad pode ajudar nesse objetivo.

O Irã é o principal aliado de Assad no Oriente Médio e tradicional adversário da Arábia Saudita e Israel. A ele se soma a milícia libanesa Hezbollah – financiada pelo regime de Teerã. Ambos são xiitas e se opõem historicamente aos EUA e a Israel. Ao Irã interessa ter um aliado em Damasco que lhe facilite acesso ao Líbano, base dos guerrilheiros do Hezbollah, e ao Mar Mediterrâneo, local estratégico do ponto de vista comercial e militar.

A Arábia Saudita, nação muçulmana de maioria sunita, é uma forte opositora do regime sírio. O motivo é simples: Assad é apoiado pelo Irã, rival histórico dos sauditas na região. Os sauditas, aliados históricos dos EUA, temem que a permanência de Assad no poder fortaleça a influência do Irã na Síria e no Líbano.

Os **EUA** e as **potências europeias** se posicionam contra Assad. Contudo, a prioridade dos norte-americanos era a de derrotar os terroristas do Estado Islâmico, objetivo que foi alcançado armando e apoiando grupos na região e com ataques aéreos ao EI.

A **Turquia** era aliada de Assad antes do conflito, com a guerra se colocou contra o ditador. O regime turco apoia tanto os rebeldes sunitas moderados como os mais radicais, ligados à Al Qaeda.

Por que a Guerra está durando tanto?

Um fator chave para a longevidade da guerra é justamente a intervenção de potências regionais e internacionais. O apoio militar, financeiro e político tanto para o governo quanto para a oposição tem contribuído diretamente para a longevidade do conflito e transformou a Síria em campo para uma guerra indireta.

A intervenção externa também é responsabilizada por fomentar o sectarismo no que costumava ser um Estado até então secular (imparcial em relação às questões religiosas). As divisões entre a maioria sunita e a minoria alauita no poder alimentou atrocidades de ambas as partes, não apenas causando a perda de vidas, mas também a destruição de comunidades, afastando a esperança de uma solução pacífica.

Tragédia humanitária

O enviado da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Síria, Steffan de Mistura, estimou que a guerra já matou mais de 400 mil pessoas. Para a organização Observatório Sírio de Direitos Humanos, sediada em Londres, a cifra de mortos passa de 465 mil. Já o Centro Sírio para Pesquisa de Políticas, outro grupo de estudos, calcula que o conflito já tenha causado a morte de mais de 470 mil pessoas.

A ONU também considera o conflito como “a maior crise humanitária do século XXI”. Por causa da guerra, mais de 5 milhões de pessoas tiveram que fugir do país - a maioria mulheres e crianças. São os **refugiados**. Além deles, outros 6,5 milhões foram deslocados pelo interior da Síria. O total de 11,5 milhões de pessoas forçadas a sair de suas casas equivale à metade da população do país. Os refugiados foram principalmente para a Turquia, o Líbano e a Jordânia. Cerca de 10% deles buscaram refúgio na Europa, provocando divisões entre os países do bloco europeu sobre como dividir essas responsabilidades.

Situação atual

A guerra civil ainda não terminou. O regime de Bashar al-Assad, que exerce o controle de grande parte do território sírio habitado e onde se produz economicamente, é o vitorioso. O apoio da Rússia tem sido determinante para a vitória do regime sírio. Os grupos de oposição estão enfraquecidos, mas ainda controlam algumas áreas do país.

O Estado Islâmico está derrotado. Não controla mais nenhuma cidade ou localidade do país. Raqqa, que era a sua capital na Síria, foi conquistada pelas Forças Democráticas da Síria (FDS), uma aliança entre curdos e grupos armados árabes.

Os curdos exercem o controle do Curdistão sírio e de algumas outras regiões do país.

Iraque

O Iraque é um país muito instável, mergulhado em disputas políticas e religiosas. A maioria da população do Iraque é xiita, os sunitas são minoritários. O nordeste do país é habitado por curdos. A democracia do país é frágil. O governo de maioria xiita privilegia este segmento da população, o que acirra as tensões com os

sunitas e curdos. O Curdistão iraquiano é uma região com grande autonomia política e administrativa, mas os curdos almejam a independência.

Em 2003, os Estados Unidos invadiram o Iraque e derrubaram do poder Saddam Hussein, da minoria sunita, permanecendo com suas tropas no país até 2011, quando se retiraram. A queda Saddam Hussein levou ao ressurgimento de antigas disputas políticas internas, que ficaram abafadas pelo seu regime ditatorial e sanguinário.

Assim como na Síria, aproveitando-se do caos institucional e das rivalidades entre sunitas e xiitas, o Estado Islâmico conquistou vastas áreas do território iraquiano em 2014 e 2015. No entanto, a partir de 2016, o governo iraquiano, apoiado pelos Estados Unidos, curdos iraquianos, milícias xiitas e sunitas, reorganizou-se e reagiu conquistando todas as áreas que estavam sob controle do Estado Islâmico, que foi derrotado no Iraque. Um dos símbolos dessa retomada foi a conquista de Mossul, a segunda maior cidade do país, que permaneceu sob controle do grupo de 2014 a julho de 2017.

Mesmo com a vitória sobre o Estado Islâmico, as tropas norte-americanas permaneceram no país. Contudo, com o assassinato do general iraniano Qassem Soleimani, em janeiro de 2020, o Iraque exigiu a retirada dessas tropas do país - o Iraque é um dos principais aliados do Irã na região do Oriente Médio. Em resposta, o presidente Donald Trump ameaçou impor sanções econômicas contra o Iraque e cobrar do país o investimento feito em bases militares.

Após conversas e negociações, os dois países chegaram a um acordo para manter as tropas no país, por "motivos de segurança". Atualmente, estão no Iraque, cerca de 5.200 militares norte-americanos.

Curdistão

Os curdos constituem a maior etnia sem Estado. As estimativas demográficas variam entre 25 milhões e 40 milhões de curdos espalhados por uma área contínua de 500 mil quilômetros quadrados que abrange territórios da Turquia, do Iraque, da Síria, do Irã, da Armênia e do Azerbaijão (veja no mapa a seguir). A construção do seu próprio país é um histórico desejo desse povo.

A etnia curda baseia sua identidade em uma língua e cultura em comum, de uma população que sempre habitou aquela região resistindo à ocupação tribal dos árabes. Embora sejam, em maioria, muçulmanos, os curdos não são identificados com uma religião específica.

A questão da independência curda surge nos tratados assinados após o fim da Primeira Guerra Mundial. Em 1923, o Tratado de Lausanne foi assinado pelos vencedores do conflito, liderados pelo Reino Unido e França. Nele são desenhadas as fronteiras modernas do Oriente Médio, no que antes representava o Império Otomano, sem que a população curda recebesse um território para si.

Desde então, os governos dos Estados constituídos se opõem à criação do Curdistão. Um dos grandes motivos é o petróleo: grande parte das reservas da Turquia e da Síria, bem como um quarto das reservas do Iraque, estão em terras que os curdos reivindicam para si.

O projeto de um Estado curdo ganhou força no final do século XX, sobretudo na Turquia e no Iraque, países nos quais o movimento foi violentamente reprimido. A resistência dos curdos no Iraque e na Síria contra o Estado Islâmico e as várias derrotas que infligiram ao grupo deu mais força à ideia de um Estado independente para esse povo.

No Iraque, os curdos gozam de grande autonomia na região do Curdistão iraquiano. Contam, inclusive, com um exército próprio. Em 2017, realizaram um plebiscito (apenas na região curda) que decidiu pela independência do Curdistão iraquiano, com apoio de 92% dos eleitores, o que não foi reconhecido pelo Iraque. No Irã, os curdos expressam sua identidade cultural livremente, mas os direitos de governo e autoadministração são negados.

Na Síria, habitam a região multiétnica de Rojava, na fronteira com a Turquia. Não possuem autonomia política, mas conquistaram uma autonomia de fato, em função da resistência e por serem decisivos na derrota do Estado Islâmico.

Na Turquia, o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), desenvolvia a luta armada contra o Estado turco. Em 2013, o partido declarou um cessar-fogo. Contudo, em julho de 2015, o governo da Turquia atacou redutos do PKK no Curdistão iraquiano, próximo à fronteira turca. O PKK reagiu e as hostilidades se sucederam de lado a lado.

O principal partido político, o PYD (Partido da União Democrática), e a principal força armada, a YPG (Unidades de Proteção do Povo), dos curdos sírios são aliados do turco PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão).

A Turquia não vê com simpatia o fortalecimento dos curdos na Síria e teme a influência deles nos movimentos separatistas e autonomistas dos curdos da Turquia. Em janeiro de 2018, o exército turco chegou a realizar bombardeios aéreos e a avançar colunas de tanques, infantaria e peças de artilharia numa zona de 30 quilômetros para dentro do território sírio, por uma extensão de 400 quilômetros, forçando um recuo curdo na região. Foi uma manobra para criar uma “zona segura” evitando qualquer contato e movimentação entre o YPG e o PKK na área.

Em outubro de 2019, a Turquia iniciou uma nova operação de ataque aos curdos, invadindo novamente a região da fronteira com a Síria. O motivo alegado pela Turquia é o mesmo de 2018, o estabelecimento de uma zona segura, entre a fronteira com a Turquia e o interior da Síria, livre do controle da milícia curda do YPG.

Os curdos foram os principais aliados dos Estados Unidos no combate ao Estado Islâmico. No início de outubro de 2019, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ordenou a retirada das tropas americanas, de cerca de 1.000 militares, do norte da Síria, na região curda. Esses militares assessoravam o YPG e não eram importantes pelo seu número, que era pequeno, mas sim pelo significado do apoio e de uma certa proteção da maior potência militar do mundo aos curdos sírios. A saída dos efetivos norte-americanos abriu o caminho para a incursão das forças armadas da Turquia no norte da Síria.



Fonte: Dictionnaire de Geopolitique

Iêmen

O Iêmen está em uma guerra civil desde 2014. A população é dividida em 56% de sunitas e 44% de xiitas. O país é pobre – 80% dos cidadãos dependem de assistência humanitária, de acordo com as Nações Unidas –, mas tem localização geopolítica privilegiada. Ele fica na rota de escoamento de petróleo bruto e na fronteira com a Arábia Saudita, que é uma das maiores potências econômicas e militares do Oriente Médio.

No conflito atual, opõe-se, de um lado, os rebeldes houthis (xiitas) apoiados pelo Irã, e do outro, grupos ligados ao atual presidente Abdrabbuh Mansour Hadi, apoiado pela Arábia Saudita.

O Iêmen foi um dos países sacudidos pela Primavera Árabe. Os protestos levaram à saída do então presidente Ali Abduillah Saleh, em 2012, que governava o país desde 1978. No seu lugar, assumiu como presidente o então vice-presidente Abd Rabbo Mansur Hadi.

Os rebeldes xiitas houthis, que participaram dos protestos da Primavera Árabe em 2011, contra o então presidente, aproveitaram-se de um vácuo no poder para expandir seu controle territorial por regiões do país. Em setembro de 2014, conquistaram a capital, Sanaa. No início de 2015, o presidente Abd Rabbo Mansur Hadi foi forçado a fugir para outra cidade do Iêmen e depois para a Arábia Saudita. Os houthis dissolveram o Parlamento e formaram um conselho presidencial para governar.

Em março de 2015, a Arábia Saudita passou a liderar uma aliança de países sunitas para conter o avanço dos houthis. A aliança tem o apoio dos Estados Unidos e faz bombardeios aéreos constantes às áreas dominadas

pelos rebeldes. No entanto, até hoje não conseguiu recapturar Sanaa. Em resposta os houthis, lançam ataques com mísseis contra o território saudita.

Além dos houthis, apoiados pelo Irã, e do presidente Hadi, apoiado pela Arábia Saudita, a disputa de poder no Iêmen inclui tribos sunitas, a Al-Qaeda e até o Estado Islâmico.

Em setembro de 2019, duas grandes instalações petrolíferas da Arábia Saudita foram alvo de um ataque com drones, o que levou a redução pela metade da produção de petróleo saudita nos dias seguintes, o que significou uma redução de 5% na produção mundial de petróleo. A Arábia Saudita é o maior exportador mundial de petróleo.

Os houthis disseram ter mobilizado 10 drones para fazer o ataque. A Arábia Saudita e os Estados Unidos acusaram o Irã de ter sido o responsável pelos ataques e de que ele não teria partido do Iêmen. O Irã negou qualquer envolvimento no ataque.

Independente da autoria, o ataque revelou a fragilidade da segurança das instalações petrolíferas sauditas em caso de ataques militares e até onde poderá chegar à tensão no Oriente Médio em caso de um conflito militar entre o Irã e aliados versus a Arábia Saudita e aliados.

Irã

O Irã ocupa lugar central no xadrez do Oriente Médio. O regime define-se desde a Revolução de 1979 como uma república islâmica e segue a vertente xiita do Islamismo. Posiciona-se frontalmente contra Israel e é aliado do regime sírio de Bashar al-Assad, exercendo também influência sobre partidos xiitas que estão no governo do Iraque. Dessa forma, busca formar um arco xiita de poder, centrado na oposição a Israel e às monarquias sunitas do Golfo Pérsico, como a Arábia Saudita.

Desde 2003, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), os Estados Unidos e países europeus tentavam impedir o avanço do programa nuclear iraniano. Eles acusavam o país de desenvolver a tecnologia de enriquecimento de urânio com a intenção de fabricar armas nucleares. O Irã negava.

A ONU exigia que o Irã parasse de enriquecer urânio e autorizasse o acesso irrestrito da AIEA às suas instalações. Diante da negativa do Irã, foram aprovadas quatro rodadas de sanções econômicas contra o país, entre 2006 e 2010.

Os EUA e a União Europeia, em 2011, decretaram o embargo ao petróleo iraniano e punições financeiras contra nações que compravam petróleo do país. Foram também estabelecidas sanções contra o sistema bancário do Irã. O embargo levou à queda expressiva nas exportações de petróleo iraniano, comprometendo a obtenção de divisas externas e sufocou a economia do país.

Em 2015, o Irã e o grupo de países denominado de 5+1 (EUA, França, Reino Unido, Rússia e China + Alemanha) chegaram a um acordo sobre o seu programa nuclear. O acordo limitou e condicionou o programa, de forma que não fosse possível ao país desenvolver armas nucleares, em troca da retirada das sanções internacionais que asfixiavam a sua economia. O acordo autorizou o Irã a prosseguir com um programa nuclear civil e abriu o caminho para uma normalização da presença do país no cenário

internacional. O Irã também concordou que a AIEA passasse a realizar inspeções regulares e profundas em suas instalações, de modo a verificar o cumprimento do acordo.

Em maio de 2018, os Estados Unidos anunciaram a sua retirada do acordo. Desde quando era pré-candidato a presidente, Donald Trump vinha criticando o texto, articulado pelo antecessor Barack Obama.

Com a saída do acordo, os EUA retomaram a aplicação de sanções econômicas ao Irã em seu mais alto nível. Por essas sanções, empresas privadas e cidadãos norte-americanos ficam proibidos de realizar qualquer negócio com o Irã (governo, empresas e cidadãos). Outros países (governo, empresas e cidadãos) que realizarem negócios com o governo, empresas e cidadãos iranianos podem ser punidos com a proibição da realização de negócios nos Estados Unidos. Dessa forma, entre o Irã e a maior economia do mundo, é óbvio que a preferência será pelos norte-americanos. Assim, as sanções têm causado grandes prejuízos a economia iraniana.

Os demais países e o Irã continuam no acordo. Porém, a economia iraniana tem sofrido com as sanções econômicas americanas. O país, em função disso, tem crescentemente violado restrições no acordo sobre o seu programa nuclear.

As tensões se elevaram entre o Irã e os Estados Unidos, após a saída norte-americana do Acordo. O ano de 2019, foi de acirramento de acusações entre as partes e movimentos militares, que quase desembocam em um conflito bélico direto.

Em junho de 2019, dois navios petroleiros – um japonês e o outro norueguês -, foram danificados no Golfo de Omã. O governo norte-americano responsabilizou o Irã pelo ataque, que negou o ocorrido. Em maio, os Estados Unidos já haviam acusado o regime em Teerã de estar por trás de ataques a dois petroleiros sauditas no Golfo Pérsico.

Na sequência, o Pentágono anunciou o envio de cerca de mil militares norte-americanos a mais para a região do Golfo, e o presidente, Donald Trump, ameaçou “aniquilar o Irã” em sua conta no Twitter.

Ainda no mês de junho, a Guarda Revolucionária do Irã abateu um drone dos EUA no Golfo Pérsico, alegando que o mesmo teria invadido o espaço aéreo iraniano. Washington negou que o veículo aéreo não tripulado invadira o espaço aéreo iraniano. Em retaliação, os norte-americanos realizaram um ataque cibernético derrubou computadores militares do Irã.

Em setembro, instalações petrolíferas da Arábia Saudita foram alvo de um ataque com mísseis lançados por drones, elevando temporariamente os preços do petróleo. O grupo Houthi, do Iêmen, assumiu a responsabilidade pelo ataque, mas os EUA atribuíram a responsabilidade ao Irã.

Em dezembro, o ataque a uma base estadunidense no Iraque, deixou morto um funcionário terceirizado das forças armadas norte-americanas. Os EUA apontaram como responsável uma milícia xiita iraquiana apoiada pelo Irã, Kata'ib Hezbollah. Alegando resposta, os EUA proferiram ataques que mataram 24 pessoas em bases da milícia no Iraque e na Síria. Na sequência, membros da milícia iraquianos atacaram a embaixada estadunidense em Bagdá, durante 24h – não houve mortes.

Todos esses eventos contribuíram e culminaram com o assassinato do general **Qasem Soleimani**, em janeiro de 2020, por ordem de Donald Trump, em um ataque com drones perto do aeroporto da capital iraquiana, Bagdá.

O general comandava a Força Al Quds, unidade especial da Guarda Revolucionária do Irã, e apontado como o cérebro por trás da estratégia militar e geopolítica do país. Ele era muito próximo do aiatolá Ali Khamenei e sobreviveu a diversas tentativas de assassinato nas últimas décadas.

Após o ocorrido, o presidente iraniano, Hassan Rouhani, disse que o país estará mais determinado a resistir aos EUA e previu vingança. A Casa Branca alegou que o assassinato foi para evitar uma guerra e que mais americanos fossem mortos no Oriente Médio.

Em resposta, o Irã anunciou que não mais cumprirá o acordo nuclear de 2015 - que fixava o processo de enriquecimento em 3,6% - e que sua produção não terá mais limites.

Ato contínuo, as tropas iranianas lançam mísseis contra duas bases que abrigam tropas americanas no Iraque, mas sem deixar vítimas. No mesmo dia, no Irã, cai um Boeing 737-800 da Ukraine International Airlines, matando 167 passageiros e nove tripulantes. O Irã admitiu que o abate do avião ucraniano foi acidental. Segundo militares, a defesa antiaérea o atacou por engano durante um momento de alerta máximo, logo após o ataque a alvos americanos no Iraque.

Turquia

A Turquia está localizada entre a Europa e o Oriente Médio, posição que sempre lhe conferiu um papel estratégico e histórico relevante. O país foi o centro irradiador de poder dos impérios Bizantino (330–1453) e Otomano (1281–1918). O Islamismo é a religião de 99% da população.

Alçada à condição de grande potência emergente na primeira década do século XXI, a Turquia atualmente enfrenta grandes desafios. O país foi alvo nos últimos anos de atentados terroristas do Estado Islâmico e dos separatistas curdos; vive a tensão interna entre o secularismo e a islamização; a vizinha Síria está em guerra civil e abriga milhões de refugiados sírios, que fugiram desse conflito.

As bases da Turquia moderna começaram a ser estabelecidas com a dissolução do Império Otomano, após a derrota na I Guerra Mundial, em 1918. A crise política e econômica do pós-guerra deu origem a um movimento nacionalista liderado pelo general Mustafa Kemal, que adotou o codinome de “Ataturk”, ou “pai dos turcos”.

Ataturk aboliu o califado islâmico e separou a religião islâmica do Estado. Essa separação é chamada de secularismo. A medida provocou profundas alterações na estrutura social do país. As forças políticas acompanharam a polarização na sociedade e se dividiram entre aqueles que defendiam os valores seculares de Ataturk e os favoráveis a um papel maior da religião islâmica na vida pública.

O atual presidente, Recep Tayyip Erdogan, foi primeiro-ministro entre 2003 e 2014. Como presidente, Erdogan vem adotando uma agenda autoritária, retirando poderes do Judiciário, minando a influência dos militares no país e prendendo jornalistas críticos ao seu governo.

Nos últimos anos, as ações de Erdogan para ampliar o papel do islã na vida pública dividiram o país. De um lado, uma base de eleitores conservadores e defensores do islamismo garante suporte ao presidente. Do outro, uma classe média ocidentalizada rejeita a guinada autoritária e religiosa de Erdogan.

Como guardiões do secularismo, os militares derrubaram sucessivos governantes que tinham um perfil mais religioso, nos anos de 1960, 1971, 1980 e 1997. Essa divisão da sociedade e da política e o histórico papel do exército na defesa do secularismo ajudam a entender a tentativa de golpe militar de julho de 2016. Setores leais ao presidente Erdogan frustraram a investida dos militares de tomarem o poder.

Em referendo, realizado em abril de 2017, a Turquia aprovou a substituição do sistema parlamentarista pelo presidencialista. Previstas para 2019, as eleições para o novo sistema presidencialista foram antecipadas para junho de 2018. Erdogan foi reeleito presidente e ficará no poder até 2023, desta vez como chefe de estado e chefe de governo.

Os curdos, maior etnia do mundo sem pátria, habitam o leste do país e lutam pela independência do seu território. O principal grupo separatista é o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), que iniciou a luta armada em 1984. Com o tempo, passaram a exigir apenas mais autonomia nas regiões onde vivem, e as negociações levaram a um cessar-fogo em 2013. Este foi rompido em 2015; o governo turco tem atacado alvos dos curdos na Síria, no Iraque e na Turquia.

Qatar

O Qatar é uma ex-colônia britânica que conquistou a sua independência em 1971. A partir daí, passou a estar na esfera de influência e de controle político da Arábia Saudita.

Em 1995, o então emir Khalifa, que reinava por mais de 20 anos, foi deposto por seu próprio filho, Hamad. O novo líder adotou uma nova política para o país. Ele queria ter mais liberdade perante a Arábia Saudita para poder se desenvolver economicamente, uma vez que o Qatar está localizado sobre a maior reserva de gás natural do mundo. Mas, ao mesmo tempo, por ser territorialmente insignificante, precisava se proteger dos sauditas.

A tática adotada pelo novo emir foi de buscar apoio de qualquer aliado que conseguisse. Entre eles estavam Israel, Irã, grupos islâmicos espalhados por países da região que não estavam no poder de seus países e, por fim, os próprios EUA. No país está sediada uma grande base militar e o comando militar central dos EUA no Oriente Médio, além de uma grande base militar da Turquia.

Ao mesmo tempo, desenvolveram a indústria de extração de gás natural e se tornaram o país com o maior PIB per capita do mundo. Com o Irã, rival da Arábia Saudita no Oriente Médio, dividem a exploração de gás natural no golfo Pérsico. Renomadas universidades europeias e norte-americanas instalaram campus universitários no país, que também vai sediar a Copa do Mundo de 2022.

Em 1996, o Qatar lançou a rede de notícias Al Jazeera, com um canal de TV via satélite fundada pelo governo, mas com produção independente. Dessa forma, passou a influenciar a opinião pública na região, uma vez que boa parte do Golfo Pérsico passou a ter acesso a uma fonte de notícias sem controle dos governos nacionais, acessível por meio de uma antena e da internet.

Com a Primavera Árabe em 2010 e as sucessivas quedas de governos na região, o Qatar passou a apoiar de forma mais incisiva os grupos árabes que buscavam tomar o poder em países com instabilidade interna, rivalizando com a Arábia Saudita, que sempre teve a mesma estratégia.

Com todo esse processo histórico, os qataris conseguiram equilibrar sua segurança interna e evitar um avanço saudita em seu território.

A Arábia Saudita e aliados (Bahrein, Egito, Iêmen, Emirados Árabes Unidos, ilhas Maldivas e um dos dois governos existentes na Líbia) romperam relações com o Qatar em julho de 2017. O argumento foi de que o país vem, há tempos, patrocinando grupos terroristas e trabalhando para desestabilizar a paz na região árabe. É uma alusão às boas relações do país com o Irã. O governo qatari se mostrou surpreso com o rompimento, que julgou ser “baseado em várias alegações fabricadas e em mentiras”.

Além da ruptura das relações diplomáticas, a maioria dos países fecharam o espaço aéreo, os acessos terrestres e marítimos, proibiram viagens de seus cidadãos ao Qatar e a entrada de cidadãos do Qatar nos seus países.



Islamismo

Ao lado do Cristianismo e do Judaísmo, o **Islamismo** é uma das três grandes religiões monoteístas, ou seja, que acreditam na existência de um único Deus. **Alá** (Allah, Deus em árabe). Livro sagrado: Alcorão. Seguidores da religião são conhecidos como **muçulmanos**.

Divisão em dois grandes ramos, **sunitas** e **xiitas**, remonta ao século VII e tem origem na disputa sobre a sucessão do profeta. Nos séculos seguintes, essa divisão passou a incluir também agravos e diferenças teológicas. Sunitas defendiam que o chefe do Estado muçumano (califa) deveria reunir virtudes como honra, respeito pelas leis e capacidade de trabalho, porém, não achavam que ele deveria ser infalível ou impecável em suas ações. São a grande maioria, mais de 80% dos muçulmanos no mundo.

Xiitas defendiam que a chefia do Estado muçulmano só poderia ser ocupada por alguém que fosse descendente do profeta Maomé ou que possuísse algum vínculo de parentesco com ele. São maioria apenas no Irã, Iraque e Azerbaijão; nos dois primeiros, os presidentes são dessa ramificação. Alauítas são uma variação moderada dos xiitas, presentes, sobretudo na Síria, tendo o presidente Bashar al-Assad como um dos seus seguidores.

Mundo Árabe

Região de maioria étnica árabe e religião islâmica, remanescentes do grande Império Árabe. Sua área vai do oceano Atlântico ao golfo Pérsico, abrangendo o norte da África e boa parte do Oriente Médio.

Oriente Médio

Região que faz parte da Ásia, com muito petróleo e pouca água. Integra Irã e Turquia, com populações islâmicas não árabes, e Israel, país judeu. Os curdos habitam vários países do Oriente Médio, região onde também vivem várias minorias, como os assírios e os caldeus. Irã (persas e xiitas) e Arábia Saudita (árabes e sunitas) são rivais, disputam hegemonia e influência na região.

Primavera Árabe

Revoltas em países de população com maioria árabe e com regimes autoritários, teve como resultado a deposição dos ditadores da Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen. Na Síria, a revolta se transformou em uma sangrenta guerra civil. Tunísia é o único país em que a revolta popular alcançou o objetivo da democracia.

Fundamentalismo Islâmico

Contrário ao Estado democrático e laico, buscam o Estado teocrático, onde o chefe do Estado é o líder religioso supremo. Defende a implantação da **Sharia** – o conjunto de leis e códigos de conduta extraídos do Alcorão e da Suna. Fonte inspiradora de vários grupos armados e terroristas do mundo islâmico, que lutam pela tomada do poder nos países em que atuam, como Al-Qaeda, Estado Islâmico, Boko Haram, Al-Shabaab e Taleban.

Al Qaeda - Fundada pelo saudita Osama bin Laden. Realizou os famosos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. A morte de Bin Laden por uma equipe da Marinha dos EUA, em 2011, enfraqueceu o grupo.

Estado Islâmico - O Estado Islâmico chegou a conquistar vastas áreas da Síria e Iraque. Foi derrotado nesses dois países, onde praticamente não controla mais nenhum território. Realizou ataques terroristas em países europeus, nos Estados Unidos e em outros continentes. O autoproclamado califa do grupo, Abu Bakr al-Baghdadi, morreu durante uma operação militar dos Estados Unidos, na província de Idlib, na Síria, em 27 de outubro de 2019.

Boko Haram - Boko Haram significa “educação ocidental é pecado”. Atua na Nigéria e realiza incursões no Chade, Níger e Camarões. Criado na Nigéria, pratica atos de violência com o objetivo de impor nesse país uma versão mais radical da Sharia (a lei islâmica), que veta a adoção de vários aspectos da cultura ocidental, como a educação laica.

Al-Shabaab - Atua na Somália, é mais um grupo que realiza bárbaros atentados terroristas em nome da sua interpretação radical do Islã e da imposição de uma versão rígida da sharia.

Taleban - Surgiu no Paquistão Estiveram no poder no Afeganistão, de 1996 a 2001. Os Estados Unidos lideraram uma força internacional que combateu a milícia e os retirou do poder. Apesar disso, o Taleban existe até hoje, controla territórios no Afeganistão e realiza bárbaros atentados terroristas no país.

Guerra Civil na Síria

Começou como um levante pacífico contra o regime do presidente Bashar al-Assad, em 2011. As manifestações se sucederam, sendo duramente reprimidas pelo governo. Com o tempo, a disputa adquiriu contornos sectários e religiosos, opondo muçulmanos sunitas (maioria da população síria) a alauítas, ramo do islamismo xiita ao qual pertence Assad.

Participam do conflito o Governo Sírio, grupos armados da oposição moderada, extremistas islâmicos e curdos. Além da Rússia, Irã, Hezbolah, países árabes, Turquia, Estados Unidos e alguns países europeus. O governo da Síria é apoiado pela Rússia, pelo Irã e pelo grupo xiita libanês Hezbollah. Os EUA e países europeus se posicionam contra Assad e apoiam grupos armados da oposição moderadas e curdos. A Arábia Saudita e países árabes de maioria sunita apoiam grupos de oposição ao regime sírio. Os curdos mantêm neutralidade no conflito, combateram e derrotaram seu principal inimigo, o Estado Islâmico. O interesse

dos curdos é a criação de um país independente. A Turquia apoia grupos de oposição ao regime e combate os curdos.

A intervenção estrangeira é um fator chave para a longevidade da guerra que se encaminha para uma vitória do regime da Bashar al-Assad, que exerce o controle de grande parte do território sírio. O Estado Islâmico foi derrotado. O apoio da Rússia tem sido determinante para a vitória do regime sírio. Grupos de oposição estão enfraquecidos, mas ainda controlam algumas áreas do país.

Iraque

País instável, mergulhado em disputas políticas e religiosas. A maioria da população é composta por muçulmanos xiitas, com uma minoria sunita. Curdos habitam o nordeste do país e almejam independência. O governo, de maioria xiita, privilegia este segmento da população, o que acirra as tensões com os sunitas e curdos.

Em 2003, os EUA invadiram o país e depuseram Saddam Hussein, permanecendo ali com suas tropas até 2011, quando se retiraram. Em 2016, voltaram ao país para combater o Estado Islâmico, que havia conquistado vastas áreas do território iraquiano em 2014 e 2015. Com apoio dos curdos iraquianos, milícias xiitas e sunitas, o Estado Islâmico foi derrotado.

As tropas norte-americanas permaneceram no país, mas, com o assassinato do general iraniano Qassem Soleimani, em 2020, o Iraque exigiu sua retirada. Os EUA responderam, ameaçando impor sanções econômicas ao país. No fim, chegaram a um acordo para manter tropas no país.

Curdistão

Curdos são a maior etnia sem Estado no mundo. Habitam uma área contínua que abrange territórios da Turquia, do Iraque, da Síria, do Irã, da Armênia e do Azerbaijão. São muçulmanos sunitas moderados. A construção do seu próprio país é um histórico desejo dos curdos.

Em busca de sua autonomia, atuam em várias frentes armadas, principalmente na Síria e na Turquia. No Iraque e na Síria, ajudaram a combater o Estado Islâmico, dando mais força à ideia de um Estado independente. O curdistão iraquiano é uma região com grande autonomia.

Iêmen

País pobre, localizado na fronteira com a Arábia Saudita, que é assolado por uma guerra civil desde 2014. A população é dividida em 56% de sunitas e 44% de xiitas. No conflito atual, opõe-se, de um lado, os rebeldes houthis (xiitas), apoiados pelo Irã, e do outro, grupos ligados ao atual presidente Abdrabbuh Mansour Hadi, apoiado pela Arábia Saudita. A disputa de poder no Iêmen inclui também tribos sunitas, a Al-Qaeda e até o Estado Islâmico.

A Arábia Saudita lidera uma aliança de países sunitas que combate os houthis.

Irã

País de vertente xiita, posiciona-se frontalmente contra Israel e é aliado do regime sírio de Bashar al-Assad, exercendo também influência sobre partidos xiitas que estão no governo do Iraque. Dessa forma, busca formar um arco xiita de poder, centrado na oposição a Israel e às monarquias sunitas do Golfo Pérsico, como a Arábia Saudita.

Em 2015, o Irã e o grupo de países denominado de 5+1 (EUA, França, Reino Unido, Rússia e China + Alemanha) chegaram a um acordo sobre o seu programa nuclear. O acordo limitou e condicionou o programa, de forma que não fosse possível ao Irã desenvolver armas nucleares, em troca da retirada das sanções internacionais que asfixiavam a economia iraniana.

Em 2018, Donald Trump retirou os EUA do acordo e retomou as sanções econômicas ao Irã em seu mais alto nível. Os demais países e o Irã continuam no acordo. Porém, a economia iraniana tem sofrido com as sanções econômicas americanas. O país, em função disso, tem crescentemente violado restrições constantes no acordo sobre o seu programa nuclear.

O ano de 2019 foi marcado por elevação das tensões entre o Irã e os EUA, com diversas acusações e movimentos militares de ambos os lados, gerando temores sobre a deflagração de uma guerra direta entre os dois países.

Os EUA culpam o Irã pela danificação de quatro navios petroleiros no Golfo de Omã, pelo abate de um drone estadunidense, e por ataques a instalações petrolíferas sauditas, além do ataque a uma base estadunidense no Iraque que matou um funcionário terceirizado das forças armadas norte-americanas.

Em resposta, a derrubada do drone militar, realizaram um ataque cibernético que derrubou computadores militares do Irã. O país também realizou ataques que mataram 24 pessoas em bases de uma milícia xiita pro-Irã no Iraque e na Síria.

Em janeiro de 2020, por ordem de Donald Trump, um ataque com drones assassinou o general **Qasem Soleimani**, perto do aeroporto da capital iraquiana, Bagdá. Qasem era o grande cérebro por trás da estratégia militar e geopolítica do Irã, e muito próximo do aiatolá Ali Khamenei. O Irã respondeu ao assassinato prometendo vingança, e anunciou **que não mais cumprirá o acordo nuclear de 2015** - que fixava o processo de enriquecimento em 3,6% - e que sua produção não terá mais limites.

Turquia

País de grande maioria islâmica e alçada à condição de grande potência emergente na primeira década do século XXI, a Turquia atualmente enfrenta grandes desafios. Nos últimos anos, as ações de Erdogan (atual presidente e ex-primeiro ministro) para ampliar o papel do islã na vida pública dividiram o país. De um lado, uma base de eleitores conservadores e defensores do islamismo garante suporte ao presidente. Do outro, uma classe média ocidentalizada rejeita a guinada autoritária e religiosa de Erdogan.

Erdogan vem adotando uma agenda autoritária, retirando poderes do Judiciário, minando a influência dos militares no país e prendendo jornalistas críticos ao seu governo. Em 2016, os militares tentaram derrubar o governo de Erdogan, mas o golpe fracassou.

Em 2017, a Turquia aprovou a substituição do sistema parlamentarista pelo presidencialista. Erdogan foi reeleito presidente e ficará no poder até 2023, desta vez como chefe de estado e chefe de governo.

Os curdos habitam o leste do país e lutam pela independência do seu território. O governo turco tem atacado alvos dos curdos na Síria, no Iraque e na Turquia.

Qatar

País que esteve por muito tempo sob influência e controle político da Arábia Saudita, o Qatar desenvolveu uma milionária indústria de extração de gás natural, que alavancou o crescimento econômico do país que possui o maior PIB per capita do mundo.

A Arábia Saudita e alguns países aliados romperam relações com o Qatar em julho de 2017. O argumento foi de que o país vem, há tempos, patrocinando grupos terroristas e trabalhando para desestabilizar a paz na região árabe. É uma alusão às boas relações do país com o Irã. O governo qatari se mostrou surpreso com o rompimento, que julgou ser “baseado em várias alegações fabricadas e em mentiras”.

Além da ruptura das relações diplomáticas, a maioria dos países fecharam o espaço aéreo, os acessos terrestres e marítimos, proibiram viagens de seus cidadãos ao Qatar e a entrada de cidadãos do Qatar nos seus países.

A QUESTÃO ISRAEL-PALESTINA

A Palestina, uma região historicamente disputada, corresponde aos territórios do Estado de Israel, Cisjordânia e Faixa de Gaza. Conforme a tradição Bíblica, os judeus chegam a Canaã em 2000 a.C. As duas diásporas judaicas (expulsões forçadas) levaram o povo judeu a se espalhar pelo mundo. Geralmente se atribui o início da primeira diáspora judaica ao ano de 586 a.C., quando o Imperador Nabucodonosor, da Babilônia, destrói Jerusalém e deporta os judeus para a Mesopotâmia. A segunda diáspora judaica, ocorre em 70 d.C, quando o general romano Tito destrói Jerusalém, fazendo com que os judeus se espalhem pela Ásia, Europa e África. Os árabes chegam depois, vão ocupar a Palestina em 636 d.C.

O Estado de Israel tem sua origem no sionismo (de Sion, colina da antiga Jerusalém), movimento surgido na Europa no século XIX, com objetivo de criar uma pátria para o povo judeu. Colonos judeus da Europa Central e Oriental, onde o antissemitismo (discriminação contra os judeus) era mais intenso, instalaram-se na Palestina, que tinha então população majoritariamente árabe.

O apoio internacional à criação de um Estado judaico aumentou depois da II Guerra Mundial, ao ser revelado o genocídio de cerca de 6 milhões de judeus nos campos de extermínio nazistas, o Holocausto. Em 1947, a Organização das Nações Unidas aprovou a partilha da Palestina em dois Estados – um para os judeus, com 53% do território, outro para os árabes, com 47%. A cidade de Jerusalém permaneceria sob administração internacional. Estes últimos rejeitaram o plano.

Em 14 de maio de 1948, foi criado o Estado de Israel. Imediatamente, cinco países árabes – Egito, Síria, Transjordânia (atual Jordânia), Iraque e Líbano – enviaram tropas para impedir sua fundação. Com o respaldo dos Estados Unidos e da União Soviética, Israel conseguiu derrotar esses exércitos, e a guerra se encerrou com um armistício assinado em janeiro de 1949.

O novo Estado ampliou seus domínios em relação às fronteiras originais aprovadas pela ONU. Com a vitória, Israel passou a ocupar 75% da Palestina, e mais de 700 mil árabes palestinos foram expulsos. Esses acontecimentos são lembrados até hoje por eles como a *nakba*, palavra árabe que significa “catástrofe”.

Ao fim da guerra, além da expansão de Israel, o Egito havia ocupado a Faixa de Gaza e a Transjordânia anexara Jerusalém Oriental e Cisjordânia (o nome do país passou a ser Jordânia). Com isso, os palestinos ficaram sem território, tornando-se refugiados na Cisjordânia, na Faixa de Gaza e nos países árabes vizinhos, ou migrando para longe.

Em 1967, diante da aliança militar entre Egito, Síria e Jordânia, Israel, fortemente armado pelos EUA, atacou os três países na Guerra dos Seis Dias. Passou, então, a controlar a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, a Faixa de Gaza e a Península do Sinai (que seria devolvida ao Egito em 1982), além das Colinas de Golã, território da Síria ocupado até hoje.

A população árabe-palestina passou a lutar pela configuração de novas fronteiras e pelo reconhecimento de um Estado palestino independente. Em 1964, exilados no Líbano fundaram a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Em 1988, autoproclamaram seu Estado com o nome de Autoridade Nacional Palestina (ANP).

Depois de muitas guerras e duas intifadas (rebeliões palestinas), os acordos de paz assinados entre os países afirmaram a autonomia dos palestinos na Faixa de Gaza e em parte da Cisjordânia.

Os Acordos de Oslo (1993-1995), assinados entre palestinos e israelenses, com mediação dos EUA, traçaram a meta de dois Estados: um judeu (Israel) e um palestino, formado pela Faixa de Gaza e pela Cisjordânia, ambas ocupadas pelos israelenses em 1967. Definiram ainda a criação da Autoridade Nacional Palestina, como embrião do futuro Estado.

Evolução territorial

■ Área histórica da Palestina ■ Estado árabe ■ Estado judeu

1921

Domínio britânico



Sob controle britânico desde o final da I Guerra Mundial, o território árabe da Palestina recebe importante imigração de judeus. O movimento sionista se propõe a fundar um Estado judeu na região.

1947

Proposta da ONU



Após a II Guerra Mundial, a ONU aprova a proposta de partilha da região em dois Estados: um judeu e um árabe.

1948

Fundação de Israel



Ao final da Guerra de Independência, Israel ocupa a maior parte da Palestina, e os palestinos ficam sem Estado.

1967

Após a Guerra dos Seis Dias



Na Guerra dos Seis Dias, Israel derrota Egito, Síria e Jordânia e ocupa territórios vizinhos: as Colinas de Golã (Síria), a Cisjordânia (Jordânia), a Faixa de Gaza e a Península do Sinai (Egito). Em 1982, devolve o Sinai.

1993

Tratado de Oslo



Com os acordos de Oslo, os palestinos passam a ter autonomia relativa em partes da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

Nos primeiros anos, após a assinatura dos Acordos, houve alguns avanços na sua implementação. Posteriormente, a situação voltou a se deteriorar e a implementação dos Acordos de Oslo não se viabilizaram mais, havendo, inclusive, retrocessos.

O Estado palestino independente ainda não se concretizou e os palestinos estão separados, de Israel e entre si, em 21 enclaves. Essa situação perturbou todas as atividades econômicas, pois, decorridos mais de 70 anos, os territórios palestinos ocupados apresentam grande deterioração econômica e baixa qualidade de vida.

Apesar de ter sido considerado ilegal pela Assembleia Geral da ONU, **Israel construiu um muro na Cisjordânia com mais de 9 metros de altura, controlando a entrada de não judeus em território israelense.** Esse paredão restringe o direito de ir e vir, anexa áreas palestinas a Israel e impede a circulação normal de pessoas na cidade de Jerusalém.

Atualmente, os palestinos do Hamas (grupo mais radical, com um braço armado, fortemente hostil a Israel) controlam a faixa de Gaza, enquanto a Autoridade Palestina (menos refratária ao Ocidente e a acordos de paz com Israel) domina partes da Cisjordânia, entre elas a cidade de Belém.

Desde 1967, Israel implanta **colônias judaicas na Cisjordânia, onde hoje vivem cerca de 500 mil judeus em mais de cem assentamentos, em meio a 3 milhões de palestinos.** Israel também tem instalado **colônias judaicas no setor oriental de Jerusalém** para justificar a sua soberania sobre a área. Colonos israelenses instalam-se, expulsam os palestinos e formam povoações. **Os palestinos consideram inaceitáveis a continuidade, a ampliação dos assentamentos e o confisco de suas terras na região.**

Ponto de honra para os árabes nas negociações é o direito ao retorno dos palestinos expulsos de Israel e seus descendentes pelas guerras de 1948 e dos Seis Dias (1967). O governo israelense não aceita sequer debater a sua volta, pois o eventual regresso colocaria em xeque a própria existência de Israel tal como é hoje.

São mais de 5 milhões de pessoas que vivem de forma precária em campos de refugiados superpovoados. Segundo a ONU, é o maior contingente de refugiados do mundo. Os países árabes onde se situam os campos mal garantem o mínimo para sua sobrevivência. Os palestinos continuam reivindicando o retorno às antigas casas e a devolução de suas posses, mas Israel resiste em aceitar a ideia.

A questão demográfica preocupa o país, pois o número de palestinos residentes em Israel e nos territórios palestinos somados já ultrapassou o número de judeus israelenses.

Em 2012, a ONU concedeu à Palestina a condição de “Estado observador não membro”. Mais de 140 Estados, inclusive o Brasil, reconhecem o Estado da Palestina.

A questão de Jerusalém

Jerusalém é uma cidade sagrada para as três grandes religiões monoteístas do mundo: cristianismo, islamismo e judaísmo. Na parte oriental está a cidade velha que abriga o Muro das Lamentações (ruínas do antigo Templo de Salomão), local sagrado do Judaísmo; a Esplanada das Mesquitas, onde se localizam a mesquita de Al-Aqsa e o Domo da Rocha e a Igreja do Santo Sepulcro (local onde Jesus Cristo teria sido crucificado, sepultado e ressuscitado).

Segundo a tradição islâmica, na noite da destinação, Maomé foi transportado de Meca para Jerusalém, no local onde se encontra o Domo da Rocha, ascendeu aos céus, conversou com os profetas e recebeu o Alcorão. Desceu novamente ao local onde se encontra o Domo da Rocha, foi transportado para Meca e ali anunciou a nova religião. Isso faz de Jerusalém, a terceira cidade mais sagrada para o Islamismo, atrás de Meca e de Medina, na Arábia Saudita.

Os judeus denominam a Esplanada das Mesquitas de Monte do Templo, pois elas foram construídas exatamente no local onde se situava o antigo Templo de Salomão.

Após a partilha da Palestina, pela ONU, em 1948, Jerusalém foi colocada sob administração internacional. Na guerra da independência, Israel conquistou a parte ocidental da cidade. A parte oriental ficou sob o controle da Jordânia.

Em 1967, na Guerra dos Seis Dias, Israel conquistou a parte oriental da cidade. Em Jerusalém estão sediados os poderes executivo, legislativo e judiciário de Israel, que a considera como a capital eterna e indivisível dos judeus.

A ONU considera que Israel ocupa ilegalmente a totalidade de Jerusalém e orienta que nenhum país instale a sua embaixada na cidade. Os palestinos consideram Jerusalém como a capital de um futuro Estado próprio, reivindicando para isso a parte oriental da cidade.

Em dezembro de 2017, o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, reconheceu Jerusalém como capital de Israel e anunciou a transferência da embaixada americana de Tel Aviv, primeira capital israelense, para a cidade. A decisão dos Estados Unidos levou a muitas manifestações contrárias da comunidade

internacional e da unanimidade dos países islâmicos. A embaixada, em Jerusalém, foi inaugurada em maio de 2018, no mesmo dia que se comemorou os 70 anos de fundação do Estado de Israel.

Além dos Estados Unidos, a Guatemala, a Romênia e Honduras também transferiram a sua embaixada para Jerusalém, reconhecendo a cidade como capital de Israel.

A resistência de grupos palestinos

Desde a resolução da ONU, de 1947, da partilha da Palestina há milícias palestinas-islâmicas armadas que não aceitam a criação do Estado de Israel, os avanços territoriais de Israel e a situação a qual é submetido o povo palestino por parte do Estado israelense.

Destacam-se o Hamas e a Jihad Islâmica, de orientação sunita, baseados na Faixa de Gaza. No Líbano destaca-se o Hezbollah, de orientação xiita. Ao longo dos anos ocorreram vários conflitos armados entre o Hamas e o Estado de Israel (2008, 2012, 2014, 2018 e 2021) e a Jihad Islâmica (2022). O episódio de 2021 foi um dos mais violentos, com cerca de 240 mortes, inclusive de crianças.



A questão Israel-Palestina

Em 1947, a (ONU) aprovou a partilha da Palestina em dois Estados – um para os judeus, com 53% do território, outro para os árabes, com 47%.

Em 14 de maio de 1948, foi criado o Estado de Israel. Cinco países árabes – Egito, Síria, Transjordânia (atual Jordânia), Iraque e Líbano – combateram o nascente Estado judeu. Israel venceu a guerra e se expandiu territorialmente passando a ocupar 75% da Palestina. Além disso, ao fim da guerra, o Egito e a Transjordânia ocuparam às áreas palestinas. Com isso, os palestinos ficaram sem território, tornando-se refugiados na Cisjordânia, na Faixa de Gaza e nos países árabes vizinhos, ou migrando para longe.

Em 1967, na Guerra dos Seis Dias, Israel passa a controlar a Cisjordânia, Jerusalém Oriental e a Faixa de Gaza. Com os palestinos deteriorados e divididos, a população árabe-palestina passou a lutar pela configuração de novas fronteiras e pelo reconhecimento de um Estado palestino independente. Em 1988, proclamaram seu Estado com o nome de Autoridade Nacional Palestina (ANP).

Depois de muitas guerras e duas intifadas (rebeliões palestinas), os acordos de paz (1993-1995) assinados entre Israel e a ANP traçaram a meta de dois Estados: um judeu (Israel) e um palestino, formado pela Faixa de Gaza e pela Cisjordânia. A implementação do acordo teve um sucesso inicial, mas fracassou posteriormente. O Estado palestino independente ainda não se concretizou e os palestinos estão separados, de Israel e entre si, em 21 enclaves que apresentam grande deterioração econômica e baixa qualidade de vida.

O Hamas controla a faixa de Gaza e a ANP, partes da Cisjordânia.

Nos últimos anos, a perspectiva de “dois Estados” é a que tem guiado as negociações de paz. Na prática, porém, não houve avanços. O atual governo israelense defende posições que os palestinos consideram inaceitáveis, como a continuidade e a ampliação dos assentamentos israelenses na Cisjordânia.

Outro problema é sobre o status da cidade de Jerusalém. Os palestinos defendem que a parte oriental da cidade, ocupada pelos israelenses desde 1967, seja a capital de seu futuro Estado. Israel não aceita essa divisão, reivindicando a cidade inteira como a sua própria capital.

Em dezembro de 2017, o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, reconheceu Jerusalém como capital de Israel e anunciou a transferência da embaixada americana de Tel Aviv, primeira capital israelense, para a cidade. A embaixada, em Jerusalém, foi inaugurada em maio de 2018, no mesmo dia que se comemorou os 70 anos de fundação do Estado de Israel.

Devido à todas essas divergências entre Israel e países árabes próximos, com regularidade ocorrem conflitos bélicos entre Israel e milícias religiosas islâmicas.

AFEGANISTÃO

O Afeganistão é um país localizado na Ásia central. Faz fronteira com o Paquistão ao sul e ao leste, com o Irã ao oeste, com o Turcomenistão, Uzbequistão e Tadjiquistão ao norte e com China no nordeste. Seu território é montanhoso e o país não possui conexão com o oceano. Veja sua localização na figura abaixo:



Fonte: Nexo Jornal

O Taliban é uma milícia islâmica fundamentalista, da vertente sunita. A maioria de seus membros são pashtuns, o maior grupo étnico do país. O nome Taliban significa **“estudantes”** em pashto, a língua mais falada no Afeganistão.

Suas origens estão na invasão da União Soviética ao Afeganistão, em 1979, quando, para conter o avanço do bloco socialista, os EUA financiaram milícias religiosas islâmicas, denominados **mujahedin**, para combater os invasores. Combatentes deste período fundaram a milícia armada em 1994, que chegou ao poder em 1996, ao conquistar a capital, Cabul.

No poder, o Taliban instituiu um rígido regime, baseado em uma versão radical da **Sharia**, a lei islâmica. As mulheres não tinham permissão para trabalhar ou estudar e deveriam ficar confinadas em casa. Elas só poderiam sair se estivessem acompanhadas de um homem. Era obrigatório o uso da burca, cobrindo todo o corpo, da cabeça aos pés, e mulheres acusadas de adultério eram apedrejadas na rua. O Talibã também proibiu música, filmes, televisão e livros.

O Taliban deu abrigo e proteção à rede terrorista **Al Qaeda**, liderada por **Osama bin Laden**. Ofereceu porções de seu território para o estabelecimento de campos de treinamento para guerrilheiros e refúgio para terroristas do grupo.

Em 11 de setembro de 2001, a Al Qaeda realiza os atentados às torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York, e ao Pentágono, em Washington, deixando centenas de mortos e milhares de feridos.

Com a recusa do governo do Taliban em entregar Osama Bin Laden, em resposta aos atentados terroristas, o presidente americano, George W. Bush, com apoio internacional, inicia a chamada “guerra ao terror” e invade o Afeganistão, ainda no ano de 2001.

A ação resultou na derrubada do Taliban, e o grupo passou a agir como insurgente desde então. **Bin Laden foi morto em 2011, no Paquistão, em uma ação de forças especiais dos Estados Unidos**. Mas a ocupação estrangeira foi incapaz de derrotar o grupo, que seguiu controlando regiões do interior do país e enfrentando os americanos.

Em 2020, após 19 anos de conflito armado, os EUA (governo Donald Trump) e o Taliban assinaram um acordo de paz em Doha, no Catar, que estabeleceu a retirada progressiva das tropas norte-americanas do país. Em contrapartida, o Taliban deveria interromper suas conexões com grupos terroristas internacionais e impedir que eles utilizem o Afeganistão para realizar ataques contra os EUA.

A Guerra do Afeganistão foi o mais longo conflito militar em que os EUA estiveram envolvidos. No auge da sua presença, mais de 100 mil militares americanos lutavam no país. Estima-se que morreram no conflito 65 mil membros das forças de segurança afegãs, 3.500 da coalizão dos EUA, 72 mil combatentes do Taliban e aliados e 38 mil civis afegãos. Estima-se também que os Estados Unidos gastaram mais de 2 trilhões de dólares no Afeganistão nos últimos 20 anos. O valor é maior que o PIB do Brasil (câmbio de abril de 2021).

Pelo acordo, a saída total das tropas estava prevista para até 1º de maio de 2021, mas foi adiada para 11 de setembro de 2001, coincidindo com a lembrança simbólica dos 20 anos dos bárbaros atentados terroristas. Por fim, as últimas tropas deixaram o país em 30 de agosto de 2021, encerrando a mais longa guerra dos Estados Unidos.

À medida que as tropas estrangeiras foram deixando o país, o Taliban foi avançando. Em poucos meses, conquistou grande parte do território afegão. O exército nacional ofereceu pouca resistência. No dia 15 de agosto de 2021, chegou na capital, Cabul, e retomou o poder no país.

O retorno do Taliban ao poder levou dezenas de milhares de pessoas a fugirem do Afeganistão. O ex-presidente, Ashraf Ghani, também deixou o país.

No poder, o Taliban declarou que o Afeganistão passa a se chamar **Emirado Islâmico do Afeganistão**, mesmo nome adotado pelo grupo fundamentalista quando assumiu o poder pela primeira vez, em 1996. A lei será a Sharia, sistema jurídico baseado no Alcorão. Mas apresentou um discurso mais moderado, afirmando que

os direitos das mulheres serão respeitados dentro do código religioso, que buscará inserir mulheres no poder e dialogar com outros países de forma diplomática. Contudo, tem perseguido opositores e jornalistas.

A retirada dos Estados Unidos do país mudará completamente a geopolítica do Afeganistão e da região. O **vácuo de poder** deixado pelos americanos no país abre o caminho para China e Rússia ampliarem a sua influência na Ásia Central. A China sinalizou o reconhecimento à tomada de poder pelo Taliban e anunciou que está disposta a manter “relações amistosas” com o grupo, desde que não apoiem de nenhuma forma os separatistas islâmicos uigures de Xingiang, na fronteira com o Afeganistão.



Afeganistão

O Taliban é uma milícia islâmica fundamentalista, da vertente sunita. Foi fundado em 1994 e chegou ao poder em 1996, ao conquistar a capital, Cabul. No poder, o Taliban instituiu um rígido regime, baseado em uma versão radical da **Sharia**, a lei islâmica e deu abrigo e proteção à rede terrorista **Al Qaeda**, liderada por **Osama bin Laden**, que realizou os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001.

Em resposta aos atentados terroristas, os Estados Unidos (governo George W. Bush) invadiram o Afeganistão e retiraram o Taliban do poder. **Bin Laden foi morto em 2011, no Paquistão, em uma ação de forças especiais dos Estados Unidos**. Mas a ocupação estrangeira foi incapaz de derrotar o grupo, que seguiu controlando regiões do interior do país e enfrentando os americanos.

Em 2020, os EUA (governo Donald Trump) e o Taliban assinaram um acordo de paz que estabeleceu a retirada progressiva das tropas norte-americanas do país. Em contrapartida, o Taliban deveria interromper suas conexões com grupos terroristas internacionais e impedir que eles utilizem o Afeganistão para realizar ataques contra os EUA.

Pelo acordo, a saída total das tropas estava prevista para até 1º de maio de 2021, mas foi adiada para 11 de setembro de 2021, coincidindo com a lembrança simbólica dos 20 anos dos bárbaros atentados terroristas.

À medida que as tropas estrangeiras foram deixando o país, o Taliban foi avançando. Em poucos meses, conquistou grande parte do território afegão. O exército nacional ofereceu pouca resistência. No dia 15 de agosto de 2021, chegou na capital, Cabul, e retomou o poder no país.

O retorno do Taliban ao poder levou dezenas de milhares de pessoas a fugirem do Afeganistão. O ex-presidente, Ashraf Ghani, também deixou o país.

No poder, o Taliban declarou que o Afeganistão passa a se chamar **Emirado Islâmico do Afeganistão**, e a lei será a Sharia, sistema jurídico baseado no Alcorão.

Com a saída das últimas tropas, em 30 de agosto de 2021, encerrou-se a mais longa guerra dos Estados Unidos.

TERRORISMO

O **terrorismo** é o uso de violência física ou psicológica, por meio de ataques localizados a elementos ou instalações de um governo ou da população governada, de modo a incutir medo, terror, e, assim, obter efeitos psicológicos que ultrapassem largamente o círculo das vítimas, alargando-se para a população do território.

Contudo, não há uma definição ou conceito único de terrorismo. A Organização das Nações Unidas, por exemplo, define o terrorismo da seguinte forma:

“Atos criminosos pretendidos ou calculados para provocar um estado de terror no público em geral [...]”.

(Declaração sobre Medidas para Eliminar o Terrorismo Internacional - Resolução nº 49/60 da Assembleia Geral).

Dessa forma, de acordo com a definição ONU, para que se possa diferenciar uma ação terrorista de outras ações violentas, é preciso analisar o contexto geral em que tal ação foi tomada. Geralmente, terroristas não têm como finalidade atingir as vítimas diretas de seus ataques. O que realmente importa é que o ato seja chocante o suficiente para aterrorizar o resto da sociedade, movimentando a imprensa, as redes sociais e os órgãos governamentais.

No final das contas, um ato terrorista serve como uma vitrine para grupos terroristas se promoverem, mostrarem força e desafiar seus inimigos. O grupo terrorista consegue, dessa forma, chamar atenção para suas causas políticas, que geralmente são bastante radicais.

De maneira semelhante, o governo dos Estados Unidos também traz uma definição explícita do que considera terrorismo: “[...] violência premeditada e politicamente motivada, perpetrada contra alvos não-combatentes e praticada por grupos ou agentes clandestinos, normalmente com a intenção de influenciar um público”. Ou seja, os ataques terroristas teriam alguns fatores em comum, que seriam:

Premeditação: são planejados previamente pelos seus perpetradores;

Fim político: o grupo pretende causar algum efeito político, como motivar governantes a fazerem ou deixarem de fazer alguma coisa;

Vítimas são civis: atos terroristas não acontecem em campo de batalha, onde conflito e violência já são esperados; o terrorismo ocorre de maneira inadvertida em espaços públicos de grande circulação (prédios, praças, shoppings, voos comerciais, aeroportos, boates etc.);

Grupos são clandestinos: os grupos políticos que realizam ataques terroristas existem sem reconhecimento e respaldo legal: não são partidos políticos, entidades governamentais, intergovernamentais. Normalmente são grupos que procuram justamente derrubar governos ou até mesmo a ordem internacional;

Objetivo é obter audiência: o ato terrorista serve tanto para aterrorizar a população quanto para convencer outras a aderirem às causas do grupo.

Outra forma de terrorismo é o **terrorismo de Estado**, que consiste em um regime de violência instaurado por um governo, em que o grupo político que detém o poder se utiliza do terror como instrumento de governabilidade. Caracteriza-se pelo uso da máquina de repressão do Estado como organização criminosa, restringindo os direitos humanos e as liberdades individuais.

Na segunda metade do século XX, em muitos países da América Latina, chegaram ao poder ditaduras militares que estabeleceram regimes de exceção com restrições democráticas aos direitos humanos e às liberdades individuais. Contra esses regimes, levantaram-se oposições civis e grupos armados. Como método de dissuasão e combate às oposições, os regimes autoritários muitas vezes se utilizaram do terrorismo de Estado. Alguns especialistas apresentam como exemplo de terrorismo de Estado a atuação do DOPS durante a ditadura militar brasileira, cuja tortura e acúmulo sistemático de informações sobre cidadãos considerados suspeitos de subversão potencializaram um processo de terror.

Por outro lado, a segunda metade do século XX também foi pródiga no surgimento e na atuação de grupos guerrilheiros e terroristas na América Latina que utilizavam métodos violentos – como sequestros, assassinatos e atentados à bomba - para o enfrentamento aos governos que se opunham.

Historicamente, atos que seriam tidos como terroristas foram considerados heroicos quando associados à luta contra a opressão ou pela libertação nacional. É o caso da Resistência Francesa, que lutou contra a ocupação nazista na II Guerra Mundial (1939-1945).

A retórica da “guerra ao terror” do ex-presidente norte-americano George W. Bush levou muitos a associarem o terrorismo ao islamismo. Na verdade, há **grupos fundamentalistas** em todas as religiões. São os que enxergam nos textos sagrados de sua crença a orientação para a organização do Estado e da sociedade. É uma posição que recusa a democracia e se opõe à perspectiva adotada pela Revolução Francesa (1789) de separação entre religião e Estado.

O **terrorismo islâmico** é uma forma de terrorismo religioso cometido por extremistas islâmicos. Fundamenta-se numa leitura dogmática e literal de trechos do Alcorão, o livro sagrado do Islã. São grupos armados que não contam com o apoio e a adesão da maioria da população islâmica. É um erro associar mecanicamente o Islã ao fenômeno do terror político contemporâneo.

O fundamentalismo islâmico é a fonte inspiradora de vários grupos armados do mundo islâmico, que lutam pela tomada do poder nos países em que atuam. Os mais conhecidos são a Al-Qaeda, o Estado Islâmico e o Boko Haram.

O terrorismo, por definição e por sua própria natureza, não aceita o contrário e, em vez de assumir o confronto de ideias, parte para a eliminação do adversário, considerado como um inimigo irreconciliável. Os valores democráticos caracterizam-se como o oposto dessa visão autoritária e estreita do terrorismo.

Na esfera internacional e no âmbito interno dos países, o terrorismo pode ser combatido pelo uso rigoroso e firme de mecanismos legais de repressão e pela cooperação internacional.

O uso de mecanismo legais de repressão deve ocorrer no âmbito do estado de direito, com a preservação de direitos humanos e democráticos da população dos países. A cooperação internacional propicia a realização de um esforço conjunto entre países e organismos internacionais, com vistas ao aperfeiçoamento dos mecanismos de segurança e inteligência internacional, para que se tenham melhores condições de êxito na luta contra o terrorismo.

Por fim, cabe destacar o papel da opinião pública, que, por diversas formas, tem se posicionado frontalmente contrária às ideias, atos e atitudes de organizações terroristas.



Terrorismo

Constitui-se no uso de violência física ou psicológica, por meio de ataques localizados a elementos ou instalações de um governo ou da população governada, de modo a incutir medo, terror, e, assim, obter efeitos psicológicos que ultrapassem largamente o círculo das vítimas, alargando-se para a população do território.

Definição da ONU: atos criminosos pretendidos ou calculados para provocar um estado de terror no público em geral. Um ato terrorista serve como uma vitrine para grupos terroristas se promoverem, mostrarem força e desafiarem seus inimigos. O grupo terrorista consegue, dessa forma, chamar atenção para suas causas políticas, que geralmente são bastante radicais.

Terrorismo de Estado - regime de violência instaurado por um governo, em que o grupo político que detém o poder se utiliza do terror como instrumento de governabilidade. Repressão e restrição das liberdades individuais.

Terrorismo islâmico - terrorismo religioso cometido por extremistas islâmicos. Fundamenta-se numa leitura dogmática e literal de trechos do Alcorão, o livro sagrado do Islã.

O terrorismo, por definição e por sua própria natureza, não aceita o contrário e, em vez de assumir o confronto de ideias, parte para a eliminação do adversário, considerado como um inimigo irreconciliável. Os valores democráticos caracterizam-se como o oposto dessa visão autoritária e estreita do terrorismo.